

**11º PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA ADMISSÃO DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR -
GRADUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ**

EDITAL DE RETIFICAÇÃO - Nº 50/2022

O SUBPROCURADOR DE JUSTIÇA INSTITUCIONAL DO ESTADO DO PIAUÍ, por intermédio da Comissão responsável pelo **11º PROCESSO SELETIVO DE ESTÁGIO DE NÍVEL SUPERIOR - GRADUAÇÃO**, em atenção ao disposto no Edital PGJ/PI nº 37/2021, publicado no Diário Eletrônico Oficial de 15 de julho de 2022, torna pública a **RETIFICAÇÃO** do ANEXO III – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO, conforme a seguir especificado, permanecendo inalterados os demais itens e subitens:

Onde se lê:

PSICOLOGIA 1. Código de Ética Profissional do Psicólogo; 2. Avaliação Psicológica; 3. Psicopatologia; 4. Elaboração de documentos decorrentes de Avaliação Psicológica (Resolução CFP nº 07/2003); 5. O psicólogo no âmbito jurídico: funções, atribuições, campos de atuação e interdisciplinaridade; 6. Aspectos psicossociais da violência doméstica e Lei 11.340/2006 (Lei Violência Doméstica e Familiar); 7. Aspectos legais de proteção à criança e ao adolescente (Lei nº 8069/1990); 8. Aspectos legais de proteção ao idoso (Lei 10.741/2003); 9. Aspectos legais de proteção a pessoa com transtorno mental (Lei 10.2016/2001 e Portaria GM 3.088 de 23/12/2011); 10. Resolução 109, de 11 de novembro de 2009 (aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais).

Leia-se:

PSICOLOGIA 1. Código de Ética Profissional do Psicólogo; 2. Avaliação Psicológica; 3. Psicopatologia; 4. Elaboração de documentos decorrentes de Avaliação Psicológica (Resolução CFP nº 004/2019); 5. O psicólogo no âmbito jurídico: funções, atribuições, campos de atuação e interdisciplinaridade; 6. Aspectos psicossociais da violência doméstica e Lei 11.340/2006 (Lei Violência Doméstica e Familiar); 7. Aspectos legais de proteção à criança e ao adolescente (Lei nº 8069/1990); 8. Aspectos legais de proteção ao idoso (Lei 10.741/2003); 9. Aspectos legais de proteção a pessoa com transtorno mental (Lei 10.2016/2001 e Portaria GM 3.088 de 23/12/2011); 10. Resolução 109, de 11 de novembro de 2009 (aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais); 11. Lei 12.594/2012 (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo)

Teresina, 22 de julho de 2022.

HUGO DE SOUSA CARDOSO
SUBPROCURADOR DE JUSTIÇA INSTITUCIONAL